

Saúde rebate denúncias de fraude

O chefe do Departamento de Controle e Avaliação Hospitalar da Secretaria de Saúde de Goiás, Albanir Pereira Santana, desafiou ontem a deputada Denise Carvalho, líder do PC do B na Assembleia, a provar qualquer fraude que tenha sido cometida pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Ele negou as denúncias feitas pela parlamentar, durante pronunciamento no Legislativo, em que acusou a OVG de fraude contra o Sistema Único de Saúde ao "estar cadastrada no Ministério da Saúde" como hospital psiquiátrico. Albanir Pereira disse que a Organização das Voluntárias de Goiás nunca teve hospital psiquiátrico, mas 30 leitos de psiquiatria cadastrados em 14 hospitais filantrópicos que

administra, dentre os quais dez regionais.

Albanir Pereira alegou ainda que a OVG nunca recebeu repasse de verba do Ministério da Saúde para psiquiatria, pois o que apresenta é uma fatura de utilização de Autorização de Internação Hospitalar. (AIHS). Ele destacou também que a OVG não utilizou os 30 leitos cadastrados. O chefe do Departamento de Controle e Avaliação Hospitalar acusa a deputada Denise Carvalho de desinformação ao fazer a denúncia, explicando que os 30 leitos da OVG são a computação total das vagas que tem nos 14 hospitais gerais que administra, sendo que em cada hospital o número máximo de leitos para a psiquiatria é de três.

O endereço fornecido pela OVG no cadastro dos leitos, segundo Albanir Pereira, é realmente o da sede da entidade, porque não teria cabimento listar os dos 14 hospitais. Também em nota de esclarecimento à imprensa, a Secretaria de Saúde de Goiás destaca que, quando a OVG cadastrou-se junto à Dataprev, dispunha de acordo com vistoria, de 760 leitos no total, em mais de 13 unidades espalhadas pelo estado. E foram cadastrados 30 leitos, na proporção de 4º, em obediência a portaria ministerial, para a psiquiatria.

"O fato de se cadastrar leitos numa determinada especialidade não implica, em hipótese alguma, que sejam determinadas AIH para o prestador contratado ou con-

veniado", frisa o documento, destacando que os leitos são exclusivos para atendimento emergencial a pacientes acometidos de psicopatologias, e que suportam o paciente até 48 horas, no máximo, sendo este transferido para outra unidade especializada ou recebendo alta. Quanto à inclusão da OVG em Psiquiatria III, destaca o documento, se o fato ocorreu é por conta do SAS/MS e "sem o conhecimento da real situação cadastral da OVG, que congrega vários hospitais gerais". O chefe do Departamento de Controle e Avaliação Hospitalar de Goiás salienta que as portas da unidade estão abertas para qualquer tipo de informação sobre o setor de Saúde do estado, inclusive para a deputada Denise Carvalho, autora das denúncias.